

Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”

Lilia Moritz Schwarcz*

Já se disse várias vezes que o Brasil não é para principiantes. No esforço de entendê-lo, é preciso traduzir e poucos como Sérgio Buarque de Holanda foram tão bons nesse ofício.

Dono de frases e definições marcantes, Sérgio Buarque de Holanda fez da interdisciplinaridade mais do que uma voga fácil: foi ensaísta, crítico literário, historiador.

É dele a descoberta do “gosto da maravilha e do mistério”, dupla inseparável na literatura de viagem e presente em *Visão do paraíso*.

É do historiador arguto a definição famosa de “O pássaro e a sombra”, em que analisa o poder pessoal de dom Pedro II, sua vontade imperial, e conclui que havia “muito lastro para pouca vela”: paródia para pensar a política também nos dias de hoje.

É ainda o crítico que fala de nossos “sertões ermos” em *O extremo oeste* sem distinguir um espanhol de um português senão pela montada.

É também – e finalmente – de Sérgio Buarque de Holanda o alerta, contido em *Raízes do Brasil*, ao apego irrestrito dos “valores da personalidade” numa terra em que o liberalismo impessoal teria se caracterizado apenas como um “mal-entendido” (Holanda, 1936/1999, p. 119). Em questão estava a possível – e desejável – emergência de instâncias de representação que se sobrepujassem às persistentes estruturas intimistas e à cordialidade, termo tão citado e por vezes mal compreendido. “Em terra onde há muito barão não há acordo possível”, dizia Sérgio Buarque de Holanda a respeito de nosso teimoso e renitente clientelismo.

Mas meu papel aqui não é ficar acumulando suas frases e ditos, mesmo porque eles se multiplicariam infinitamente.

O próprio Sérgio Buarque de Holanda discordaria do apelo a tantas citações, uma vez que certa feita se definiu como “um historiador” e ponto. Quem sabe, “apenas o pai do Chico”.

No entanto, mais do que isso, nossa pauta prevê falar de “cordialidade”, tema que se colou à figura de Sérgio Buarque de Holanda e, em especial, a seu livro, *Raízes do Brasil* (1936/1999). Esse tema está igualmente presente em muitos momentos do filme de João Moreira Salles *Entreatos* (2003), em que a complicada fronteira entre o público e o privado se mostra mais uma vez escorregadia.

Lembremos das cenas de Lula em casa (em casa?).

Da cena do cabeleireiro comum de Lula e Mariza.

Da carona no avião e de tantos “entreatos”.

Lembremos, sobretudo, da opção de João de tomar as cenas privadas desse indivíduo que caminha para se tornar personagem – representação do Estado.

Afinal, a figura do governante é, por definição pública, aquela que toma o lugar da representação do espaço do público.

O rei, por exemplo, é, por princípio, o não-cidadão, a alteridade, aquele que se distingue de seus súditos e só assim se torna objeto de “admiração” do teatro da política. Por isso também faz coisas – como diz o termo – “memoráveis”, isto é, passíveis de memória pública e oficial.

Basta mencionar o livro do historiador Marc Bloch, em que se narra a história dos reis taumaturgos franceses e ingleses. O que fazia com que o milagre acontecesse era a crença no milagre, ou, antes, o suposto que do rei se espera são exatamente coisas milagrosas.

“Esse rei é um grande mágico”, diria Montesquieu, brincando com os atributos quase inumanos que se esperava dos reis.

Reis não fogem, partem, e, quando definitivamente fogem, como Luís XVI, tornam-se mais humanos (mais iguais) e menos reis: a cada dia menos reis.

Lula não é rei, mas dizem as más línguas que seu primeiro slogan de campanha – “Um brasileiro igual a você” – teria lhe custado caro...

E o Lula que se vê através das lentes de João Moreira Salles é um futuro governante em cena privada, porém a todo momento pública: como pessoa política. E mais: Lula é “cordial”, no sentido que Holanda deu ao termo. Cordial vem de “cor – coração”, e essa é a maneira pela qual vemos Lula se personificar: viver o público sempre na chave do pessoal.

Pretendo voltar ao vídeo, mas antes disso vou me responsabilizar pela tarefa que me foi encomendada: falar um pouco sobre essa tal “cordialidade do brasileiro”, sobretudo na chave lançada por Sérgio Buarque de Holanda.

Com certeza não é o caso de retomar o livro como um todo, entretanto, historiadora de ofício que sou, vale a pena relembrar o contexto de sua criação.

* Professora titular de antropologia social pela Universidade de São Paulo. Autora, entre outros, do livro *As barbas do imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, e organizadora, em parceria com Ricardo Benzaquen de Araújo, de *Raízes do Brasil: Edição comemorativa*. São Paulo: Companhia das Letras, Edição comemorativa – 70 anos (1936-2006), 2006.

Tomados pela identidade

Não foram poucos os pensadores que tomaram para si o problema da identidade, ou melhor, essa obsessão com a definição do caráter nacional da cultura, refletido na busca de raízes, formações e interpretações do Brasil.

Não vou fazer aqui uma aporia de todas as teorias e modelos nem passar a limpo autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda, Manuel Bonfim, Manuel Quirino, Joaquim Nabuco, nem mesmo Oliveira Viana, só para citarmos alguns, que abordaram o tema da identidade e buscaram responder à pergunta pela particularidade (o que faz do Brasil, Brasil), tudo isso entre o final do século XIX e o início do XX.

Também não é hora de retomar as máximas da geração realista que elegeu a raça como elemento diacrítico e definidor da nossa nacionalidade. O fato é que, passada a voga romântica, que selecionou no selvagem, no bom selvagem, seu símbolo dileto sempre preso à natureza, restou um certo mal-estar deixado pela geração realista, que viu a mestiçagem sob o signo da degeneração.

O melhor é saltar no tempo e ficar apenas com o fantasma, mostrando como nosso pensamento atual é herdeiro dos grandes intérpretes dos anos 1930, que, contrapondo-se à geração mais pessimista – cujos representantes viam na mestiçagem a falência da nação –, apostaram em diferentes interpretações que dessem conta deste país imenso, destas realidades tão diferentes desenhadas como se fossem uma só.

Com efeito, foi nos anos 1930, sob o influxo dos ventos soprados pelas vogas culturalistas e pelo ambiente mais acadêmico, que algumas obras nasceram clássicas, redesenhando essa mesma nação. *Casa-grande & senzala* surgia, em 1933, invertendo o papel do escravo e da raça negra na formação nacional. Inspirado na antropologia cultural norte-americana, o livro trazia o ambiente patriarcal nordestino como modelo de nacionalidade e propunha uma nova visão oficial do país. A mestiçagem – menos biológica e mais cultural ou então quase lamarckiana – é destacada, não mais como veneno, e sim como redenção. Imbuídos de uma perspectiva alentadora, autores como Gilberto Freyre, associados à política cultural do Estado Novo, desenharam uma versão inusitada da mesma nação. Gilberto Freyre agregou a seu livro a experiência privada das elites nordestinas e fez de seu modelo antropológico um exemplo de identidade.

O livro oferecia, ainda, uma interpretação inesperada para a sociedade multirracial brasileira, ao inverter o antigo pessimismo e introduzir os elementos culturais como indicadores de análise. O “cadinho das raças” aparecia como uma versão otimista, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo, a som-

bra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro”, afirmava Freyre (1933, p. 307), fazendo da mestiçagem uma questão ao mesmo tempo nacional e distintiva.¹

É isso que saúda o poema de Manuel Bandeira (1973/1996, pp. 335-336):

Casa Grande & Senzala
Grande livro que fala
Desta nossa leseira
Brasileira
Mas com aquele forte cheiro e sabor do Norte
Com fuxicos danados
E chamegos safados
De mulecas fulôs com sinhôs.
A mania ariana
Do Oliveira Viana,
Leva aqui sua lambada
Bem puxada.
Se nos brasis abunda,
Jenipapo na bunda,
Se somos todos uns Octoruns
Que importa? É lá desgraça?
Essa história de raça,
Raças más, raças boas
– Diz o Boas –
É coisa que passou

Com o franciú Gobineau.
Pois o mal do mestiço
Não está nisso
Está em causas sociais,
De higiene e outras coisas que tais
Assim pensa, assim fala
Casa Grande & Senzala
Livro que à ciência alia
A profunda poesia
Que o passado evoca
E nos toca
A alma do brasileiro,
Que o portuga femeeiro
Fez e o mau fado quis
Infeliz!

Além de Freyre, Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, voltava os olhos para fora da nossa realidade interna, mostrando como a lógica local era dada pela forma de um arranjo externo e pelo papel que o país cumpria na divisão internacional do trabalho. A exposição era factual, oposta ao ensaísmo, e trazia a novidade da interpretação do materialismo histórico. Os males da coloni-

1 Freyre manteve intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e de inferioridade, assim como não deixou de descrever a violência presente durante o período escravista. A novidade estava na interpretação, que descobria no cruzamento de raças um fato a singularizar a nação, nesse processo que fazia com que a miscigenação parecesse, por si só, sinônimo de tolerância.

zação é que explicariam situações e obstáculos mais atuais dados pela monocultura, pelo trabalho compulsório e por uma economia exportadora.

Os modelos seguidos por esses dois autores eram diferentes, assim como as prerrogativas. Mas em comum havia a crítica ao preconceito de cor e a tentativa de pintar, com novas tintas, o mesmo país.

É nesse contexto intelectual que se pode entender a publicação de *Raízes do Brasil*, livro que alia a força ensaística com a coragem da interpretação e o rigor do método weberiano. De novo, e bem acompanhados, chegamos ao tema da identidade. Nesse caso, se ela não é um ganho cultural e mesmo atemporal (como previa Freyre), se não era só uma resposta a uma lógica externa (dada fora de nosso território e do nosso controle), estava alicerçada na história e em nossas raízes ibéricas, aqui reinterpretadas. “A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”, diria Holanda (1936/1999, p. 160), como a provocar o efeito mágico que os modelos estrangeiros têm sobre nós e sem deixar de enfrentar os conflitos que constroem a história. O livro de 1936 vinha para ficar.

Falando de raízes...

Sérgio Buarque de Holanda escreve *Raízes do Brasil* em um claro momento de transição da história brasileira, quase anunciando o Estado desenvolvimentista de Getúlio Vargas, quando então dois temas eram constantemente acionados: a questão rural e o problema da tradição. E aí reside a originalidade da obra. No lugar de uma história das positivities, ao contrário do uso de um modelo racial ou mesmo exclusivamente cultural, Holanda propõe, à semelhança dos “tipos ideais” usados por Max Weber, a introdução de dicotomias e tipologias – quase tipos polares – que ajudariam na explicação dos extremos da sociedade brasileira.

No entanto, se foi de Sarmiento que tomou o senso de contrários e de seus mestres antecessores – como Euclides da Cunha – o movimento da contradição, Holanda reinventou uma nova metodologia dos opostos, que dá conta e aprofunda a velha tradição latino-americana. Há uma exploração dos conceitos polares de modo que o conhecimento não vem da opção por um deles, e sim do jogo dialético que se estabelece entre ambos.

Trata-se de uma inspiração weberiana, mas não de sua cópia, na medida em que Holanda focaliza pares e não a pluralidade de tipos. Tais pares se interpenetram, se alimentam e se modificam com vistas a chegar a um retrato que escapa e é movido pela própria história. Esta, vista como mudança, sempre apresenta um movimento social – o germe de sua negação – e dá dinâmica a esses pares que não estariam imunes ao tempo e aos destinos dessas “raízes do Brasil”. Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo; o trabalhador espanhol e o sementeiro português... temos aí pares opostos, quase modelos contrastivos de pensar, que iluminariam a própria história da nação.

Basta lembrar dos grandes temas que vão sendo retomados e que implicam a nomeação de nossa matriz ibérica e das especificidades dessa colonização: além do personalismo, que tem como resultado a frouxidão de nossas instituições, havia a falta de coesão social. Também em pauta, a repulsa ao trabalho regular e a atividades utilitárias, de que decorre nossa pouca organização formal, assim como “a vontade de mandar e a pequena disposição para cumprir ordens”. O historiador se fazia intérprete e acusava uma espécie de “meritocracia”, o peso da tradição rural e as marcas profundas deixadas pela escravidão: verdadeiro divisor de águas de nossa narrativa nacional.

Assim, por meio da metodologia dos contrários, Sérgio Buarque de Holanda analisa os tipos opostos em sua relação dinâmica. Vejamos o caso da oposição entre “aventureiro” e “trabalhador”. A partir dela, o historiador demonstra como na hierarquia ibérica se impõem as relações pessoais e não públicas, elegendo-se o privado como arena. Essa “herança ibérica” levaria a um culto à personalidade e à máxima segundo a qual “em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (Holanda, 1936/1999, p. 32). Daí adviriam o reduzido apego às instituições e a maneira torta que temos de lidar com elas. Dessa forma, ao comparar o *éthos* aventureiro ao *éthos* trabalhador, o autor destaca a plasticidade dos portugueses em sua capacidade de adaptação. Vai, assim, se formando, na colônia onde impera o *éthos* aventureiro, uma cultura caracterizada por um desencantamento do Velho Mundo, expressa, por exemplo, na religião ou nas eternas disputas políticas de fórum pessoal. É portanto na nossa formação específica que se encontraria o segredo de uma sociabilidade avessada à esfera pública. Buscando enraizar a interpretação em bases históricas, Holanda inova em seu contexto, uma vez que a colonização não é vista sob o signo do fracasso. Para ele não se trata de qualificar, mas antes de descobrir particularidades nessa plasticidade que, paradoxalmente, não incitou a democracia.

O mesmo ocorre na análise da questão dos regionalismos, concebida como um obstáculo à democracia e ao próprio desenvolvimento capitalista. Para o historiador, falta “uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país” (Holanda, 1936/1999 p. 59), sendo os partidos políticos brasileiros meras somas de líderes regionais. Uma herança rural pesada e carregada se imporia com a concentração de cargos políticos nas mãos de uma minoria de fazendeiros, num “Brasil rural e patriarcal” (Holanda, 1936/1999, p.78), em contraposição à ausência de uma burguesia urbana e independente. O resultado é a consolidação de uma mentalidade rural que, antes de ser um determinismo geográfico, ou uma “imposição do meio” (Holanda, 1936/1999, p. 92), é o resultado histórico da mistura entre iberismo e agrarianismo. A cidade seria uma extensão do campo, carregando vícios e marcas num *continuum* quase constrangedor.

Por sua vez o Estado, entendido como a esfera do público, teria dificuldade em inserir-se no ciclo familiar, e é justamente sobre o privado, como detentor de valores e arranjos sociais, que se daria a organização nacional. Decorre daí uma personificação do espaço público, ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda: “A família patriarcal fornece ... o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados” (Holanda, 1936/1999, p. 85).

A burocracia criada no Brasil teria gerado um modelo mais positivo e intimista. Em vez da clara divisão entre público e privado, da repulsa ao patrimonialismo na formação do corpo burocrático, da eleição do Estado como árbitro entre os grupos sociais, de uma burocracia imparcial e neutra, movida por regras e normas, não por relações pessoais; no Brasil deu-se o oposto.

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (Holanda, 1936/1999, p. 146).

O resultado, para além de uma relação frouxa com as instituições, é uma baixa politização, ou uma politização artificial. Por isso, no lugar do aval freyriano, as análises de Holanda sinalizam para a necessidade de mudança e de superação da ordem colonial. Nos termos do autor: “Enquanto perdurarem intactos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas” (Holanda, 1936/1999, p. 78). Ele aponta, ainda, dois fatores, presentes nos povos americanos, e que são contrários à democracia: a repulsa a qualquer hierarquia racional e a impossibilidade de resistência eficaz a certas influências ligadas a idéias democráticas (p. 184).

Chegamos assim ao homem cordial – ou melhor, à antipatia do homem cordial² diante da idéia hobbesiana de guerra de todos contra todos: do Estado como lócus da história. Cordialidade “combina” muito mais com a idéia de intimidade, e “é aqui que o nosso homem brasileiro encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal” (Holanda, 1999, p. 184). No entanto, longe da definição do senso comum, para Sérgio Buarque de Holanda a origem da palavra “cordialidade” diria muito de nossa impossibilidade de lidar com as questões políticas e de cidadania, para fora da esfera pessoal.

Assim, longe da noção de democracia como valor universal, tal como apregoado no Ocidente, que faz da história sua mitologia e elege a cronologia como seu índice, o autor nos convida a olhar para nós mesmos e duvidar das fórmulas mágicas que se impõem de fora para dentro. Não há, pois, uma intenção apologética em Sérgio Buarque nem um manejo de juízos étnicos. Cordialidade nada teria a ver – como queria Cassiano Ricardo – com “bondade”, significando antes um alerta contra nossa aversão ao formalismo e a convencionalismos sociais.

Tratava-se, portanto, de destacar o inflacionamento da esfera íntima, do familiar, do privado em detrimento de modelos mais modernos de Estado e de cidadania. Na lhanza do trato, na hospitalidade, na generosidade estariam traços definidores do caráter brasileiro. Contudo, tal polidez era coercitiva e com sua aparência poderia iludir estruturas mais arraigadas de sociabilidade e de uma hierarquia que se impõe na esfera do privado.

A polidez pede a presença do indivíduo nomeado, traz um viver nos outros e leva a uma contraposição ao ritualismo social. Por isso mesmo, Holanda elenca uma série de locais onde tal “caráter” se inscreveria: no emprego de diminutivos (que faz de tudo familiar); na omissão do nome de família no tratamento social (uma verdadeira disciplina de simpatia); no desconhecimento de qualquer convívio que não seja ditado por uma ética de fundo emotivo; no velho catolicismo que dá intimidade aos santos, como a velhos amigos; no horror às distâncias sociais; e na aversão ao ritualismo por oposição ao nosso culto sem obrigações. Aí estava o esforço do historiador que se fazia cientista social e arriscava encontrar características comuns e quase estruturais em nossa sociedade. Não que não estivéssemos mudando, não que Holanda se esquecesse dos arranjos políticos então recém-instalados. Mas, a despeito de tantas armadilhas, sobrevivia a “cordialidade” não como adjetivação, não como aconchego, e sim como dura constatação, como uma marca a complicar a entrada na modernidade.

Não parece, porém, que seja hora de esgotar a temática. Melhor é abrir a questão, mesmo porque Sérgio Buarque de Holanda não parecia preocupado em concluí-la. Também não é sem certo lamento que se percebe que a época dos grandes intérpretes se foi. Somos mais e mais especialistas em nossos próprios campos – cordiais até – e ninguém mais faz apostas desse calibre. Contudo, vale a pena insistir nas pistas deixadas por *Raízes do Brasil*.

Uma certa sociabilidade

Aceitar o desafio significa, portanto, recuperar certa forma de sociabilidade inscrita em nossa história que, já presente na escravidão, sobreviveu alterada no clientelismo rural e resistiu à urbanização, onde o princípio de classificação

2 A cordialidade é entendida por Sérgio Buarque de Holanda como intimidade, horror à distância etc.; não quer dizer nem polidez nem civilidade.

hierárquica se manteve sustentado por relações íntimas e laços pessoais. Herdeiros de uma tradição cuja iniciativa de colonização teria sido sempre entregue a particulares, residiria aí a singularidade da colonização ibérica, marcada pelos fortes vínculos pessoais, que tornam fluidas as delimitações entre as esferas públicas e privadas de atuação.

Nesse sentido, no Brasil, “privado” não seria uma categoria imediatamente contraposta a “público”, ao menos no sentido tradicional do termo. Ante uma concepção frágil do Estado e o uso débil das instituições públicas, no país a esfera privada parece referir-se à família extensa e não ao indivíduo, que permanece distante das leis (Martins, 1994, 1997, p. 8).

Não foram poucos os pensadores que atentaram para essa questão. Sérgio Buarque de Holanda é um deles, ao chamar atenção para um traço definido da cultura brasileira, conhecido por meio da expressão de Ribeiro Couto, segundo o qual daríamos ao mundo “o homem cordial”. Contudo, como vimos, para Holanda (1936/1999, p. 107), cordialidade não significava “boas maneiras e civilidade”. Na civilidade, dizia ele, “há qualquer coisa de coercitivo ... é justamente o contrário de polidez”. Na verdade, o famoso historiador estava mais interessado em entender como a cordialidade falava das relações pautadas na intimidade e na afetividade e que, portanto, desconheciam o formalismo. Tal qual uma ética de fundo emotivo, no Brasil imperaria “o culto sem obrigação e sem rigor, intimista e familiar”³.

Raízes do Brasil trazia, assim, um alerta ao apego irrestrito dos “valores da personalidade” numa terra em que o liberalismo impessoal teria se caracterizado apenas como um “mal-entendido” (Holanda, 1936/1999, p. 119), como uma fala sem chão. Em questão estava a possível – e desejável – emergência de instâncias de representação que se sobrepusessem às persistentes estruturas intimistas.

É nesse sentido que se podem traçar paralelos, por exemplo, com a expressão “dialética da malandragem”, elaborada em ensaio clássico de Antonio Cândido (1970/1993). Por meio da figura do bufão, que aparece com certa regularidade na literatura brasileira, e tendo como base o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, Cândido alcança uma estrutura específica, uma certa dialética da ordem e da desordem na qual tudo seria lícito e ilícito, burla e sério, verdadeiro e falso. Nesse local, a intimidade seria a moeda principal e o malandro reinaria, senhor dessa estrutura avessa ao formalismo que leva à “vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração dos grupos, das idéias e das atitudes mais díspares” (Cândido, 1970/1993, p. 51).

Também o antropólogo Roberto DaMatta (1981) retomou essa complicada relação entre esferas públicas e privadas de poder, mostrando a existência no Brasil de uma so-

cidade dual, onde conviveriam duas formas de conceber o mundo: um mundo de “indivíduos” sujeitos à lei e outro de “pessoas”, para as quais os códigos seriam apenas formulações distantes e destituídas de sentido. “Para os inimigos a lei, para os amigos nada”.

A democracia volta então, sob os olhos desses analistas, como um problema e não como conclusão. Como falar em uma nação de iguais, numa sociedade que trata a cidadania só no fórum da intimidade? Como lidar com uma forma de sociabilidade que carrega um ritual estabelecido, e bem analisado por DaMatta, mais conhecido pela expressão “Você sabe com quem está falando”? Eis aí um desafio nos anos 1930 e um desafio da nossa própria agenda contemporânea.

Não pretendo entrar em terreno movediço. Melhor seguir em frente, pois, como diz o historiador Evaldo Cabral de Mello, “as coisas só são previsíveis quando já aconteceram”.

Portanto, nada como voltar os olhos ao filme de João Moreira Salles. Afinal, a novidade da eleição de um “presidente operário” deveria lançar luz, quiçá, a uma nova realidade institucional e política. No entanto, em vez de uma inversão das inversões, certas estruturas parecem presentes e, entre elas – teimosamente –, “essa tal de cordialidade”.

Vale a pena lembrar que *Entreatos* foi realizado conjuntamente com o documentário *Peões*, de Eduardo Coutinho.

Os dois filmes fazem parte de uma espécie de “operação conjunta” e foram realizados no mesmo momento – entre o final de setembro e o de outubro de 2003 –, mais exatamente em 27 de outubro, o dia do segundo turno das eleições que sagraram Lula vitorioso.

Os dois documentários têm, porém, outras convergências: a) Lula e a cultura operária; b) sobretudo, a opção por um certo anonimato.

Peões seleciona personagens que não se tornaram líderes sindicais (portanto públicos). *Entreatos* toma as cenas reservadas, os bastidores, e se situa fora do teatro da política. Em ambos os filmes estamos lidando com espaços pretensamente consagrados à intimidade, mas que se convertem em locais públicos e do espaço da política.

Em *Peões*, pequenos relatos, detalhes até, são transformados em grandes testemunhos. Entram em cena personagens quase anônimos, justamente aqueles que não ascenderam na burocracia sindical, citados apenas pelos primeiros nomes ou apelidos: são eles que definem esse mundo dos peões:

Aí está também o bastidor do mundo de Lula, que dialoga diretamente com *Entreatos*, mas nunca de maneira óbvia ou mecânica.

O contexto não é definidor e a cultura operária deixa de ser reflexo para se constituir em elemento “explicador”, quase uma infra-estrutura. O trabalho, no relato emocionado dos personagens do filme, não é alienação, mas é algo que faz parte de sua definição pessoal.

3 Diz o historiador (1936/1999, p. 101): “É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade que parece constituir o traço decisivo dessa evolução, desde tempos imemoriais”.

Voltemos, contudo, à nossa pauta: a cordialidade e *Entreatos*.

Mais uma vez o que se destaca é o olhar sensível e, acima de tudo, inesperado de João Salles. Um documentarista de muita personalidade cujos filmes carregam argumentos que se constroem no próprio ato de observar.

Entreatos é um pouco isso: a escolha das cenas não públicas faz parte dessa maneira particular de João Salles olhar.

É como se tivéssemos, também nesse caso, a experiência de um anonimato reconhecido. No carro, no avião, no barbeiro (ou marcando hora na manicure de Mariza), no elevador... As lentes captam cenas reservadas e quase incômodas, mas somos nós que estamos lá, observando... Difícil esquecer as gravatas de Lula, que são pretexto para as reflexões mais diversas. Um presidente operário que discute suas gravatas e com suas gravatas.

Lula reclama da falta de privacidade e da face pública da política, e João opta pelo limite da privacidade. Só o limite, pois Lula é também, a esta altura, um personagem de si. Um personagem público da sua privacidade. Um personagem cordial que encena sempre na chave do privado sua face pública. Somos, também, forçados a ficar quase fora de cena e – de certo modo – desfocados:

As cenas de *Entreatos* fogem do cenário montado: o palanque do teatro e do ritual da política. Entretanto, mais do que isso, as cenas de *Entreatos* relembram essa maneira “à brasileira” de fazer política.

O presidente (antes de o ser) é um grande amigo (um grande sujeito), como na cena em que dá carona em seu jatinho. Compartilha igualmente da esfera da intimidade de seu cabeleireiro e dos demais funcionários como se não existissem, abaixo dos trópicos, delimitações desse tipo. Na sua família, por sua vez, é só mais um e é com espanto que observamos até certa indiferença na comemoração da esfera mais íntima de Lula, na hora da eleição.

Mas há outras facetas.

Lula vira quase “santo” (sobretudo no filme de Eduardo Coutinho) – assim como fazemos de nossos santos amigos da intimidade –, ou fala de si como se falasse de um amigo dileto.

É como se no filme de João Moreira Salles vivenciássemos o debate tenso, e até paradoxal, entre a construção da figura pública e a demarcação da esfera privada (se é que o lugar do governante permite sua existência).

O resultado é uma cordialidade política que experimentamos a cada dia: Lula com e sem boné, Lula dançando, Lula bebendo, Lula jogando futebol, de terno ou sem... Ele é sempre um bom amigo, cordial até, mas distante o suficiente para que não se rompam as hierarquias – hierarquias que se repõem no privado; são as instituições políticas que perdem seu significado. Afinal, não foi Severino que pediu que agradecêssemos aos seus familiares (todos universitários) que estão no governo?

Entreatos, para além de tantos temas, permite pensar mais uma vez na nossa cordialidade que se multiplica em mui-

tas esferas. Insere-se na política e leva a uma compreensão frouxa das instituições por pautar-se no privado; escorre para as instituições e pauta agendas internas. Por sinal, insuflada, a esfera privada é deletéria quando usada no espaço público.

Hora de terminar...

Sérgio Buarque de Holanda dizia que os livros teriam lhe dado o sentido da história. “São a vida em comprimido” e fariam do historiador “presa fácil de seu tempo”.

O que se pode afirmar, fazendo um paralelo desautorizado, é que seus livros foram mesmo um comprimido, mas de efeito prolongado.

Já o historiador foi mal visionário de si próprio: seus livros escaparam a seu tempo e não se deixam aprisionar. Afinal, a cordialidade é até hoje enigma difícil de pensar e equacionar no Brasil.

O mesmo pode ser dito de *Entreatos*, que, com certeza, não se limita a uma reflexão contextual. Revela um idioma local, ou então, de acordo com o dito que já ficou popular (mas que não nasceu assim), que “de perto ninguém é normal” e para sempre verdadeiro.

Por sinal, nada como escapar com uma máxima do antropólogo norte-americano M. Sahlins, que, em seu último livro *Esperando Foucault, ainda*, pontificou: “Só duas coisas são certas a longo prazo: uma delas é que estaremos todos mortos; mas a outra é que estaremos todos errados. Evidentemente uma carreira acadêmica feliz é aquela em que a primeira coisa acontece antes da segunda” (Sahlins, 2005, p. 35).

Referências

- Baczko, B. (1985). *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot.
- Bandeira, M. (1996). *Prosa completa e poesia*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. (Trabalho original publicado em 1973).
- Cândido, A. (1959). *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cândido, A. (1976). A literatura durante o Império. In S. B. de Holanda, *História geral da civilização brasileira* (Vol. 7, pp. 236-270). São Paulo: Difel.
- Cândido, A. (1993). Dialética da malandragem. In A. Cândido, *O discurso e a cidade* (pp. 60-93). São Paulo: Duas Cidades. (Trabalho original publicado em 1970).
- DaMatta, R. (1981). Você sabe com quem está falando? In *Carnavais, malandros e heróis* (3a. ed., pp. 123-200). Rio de Janeiro: Zahar.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt; José Olympio.
- Holanda, S. B. de. (1999). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. (Trabalho original publicado em 1936).
- Lourenço, E. (1944). *Nós e a Europa ou as duas razões* (4a. ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Martins, J. de S. (1994). *O poder do atraso: Ensaio de sociologia lenta*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. de S. (1997). *Fronteira: A degradação do outro*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. de S. (no prelo). Apontamentos sobre vida cotidiana e história. *Revista do Museu Paulista*.

Martius, K. Von (1982). Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 6 (24), 85-86. (Trabalho original publicado em 1844).

Sahlins, M. (1981). *Historical metaphors and mythical realities*. Michigan: The University of Michigan Press.

Sahlins, M. (2005). *Esperando Foucault ainda*. São Paulo: Cosac & Naif.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (1998). Nem preto, nem branco; muito pelo contrário. In L. M. Schwarcz, *História da vida privada no Brasil* (Vol. 4, pp. 173-244). São Paulo: Companhia das Letras.

Resumo

Este artigo pretende refletir acerca dos complicados limites entre relações públicas e privadas na sociedade brasileira a partir de dois “pretextos fortes”: a obra de Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* – e o filme de João Moreira Salles – *Entreatos* – que trata da campanha eleitoral do presidente Lula. O texto analisa o tema da cordialidade e os problemas que surgem a partir de nossa relação frouxa diante da institucionalização. Por fim, o ensaio é resultado de um evento apresentado na Sociedade Brasileira de Psicanálise no momento em que o diretor João Moreira Salles apresentou o seu documentário.

Palavras-chave

Cordialidade. Relações públicas e privadas.

Summary

Sérgio Buarque de Holanda and the so called brazilian cordiality

This article intends to analyze the problematic relationship, in Brazil, between public and private sphere. Two main documents are introduced: the book *Raízes do Brasil* from the historian Sérgio Buarque de Holanda and the documentary *Entreatos* from the director João Moreira Salles.

Key words

Cordial man. Public and private spheres.

Recebido: 30/07/2007

Aceito: 14/08/2007

Lilia Moritz Schwarcz
Rua Salvador de Mendonça, 95 – Jardim Paulistano
01450-040 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3031-6614